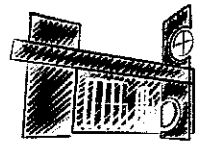




# **CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS**

## **Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"**

ESTADO DE SÃO PAULO



**PARECER JURÍDICO nº 053/2019 - RBF**

Projeto de Lei nº 031/2019

Autor(a): Vereador Anderson Antonio Hespanhol

**PROJETO DE LEI - DENOMINAÇÃO - VIA PÚBLICA -  
"AVENIDA ENGENHEIRO MARIO CESAR DE FREITAS  
LEVY" - COMPETÊNCIA CONCORRENTE -  
LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE.**

### **1. RELATÓRIO**

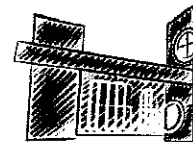
---

O Nobre Vereador Anderson Antonio Hespanhol, apresenta a seus nobres pares, o projeto de lei em epígrafe que pretende denominar de "Avenida Engenheiro Mario Cesar de Freitas Levy" a Estrada Municipal VCL6G-3 situada no loteamento Industrial e Comercial Santa Marina, situado na Rodovia Washington Luiz km 157, no Município de Cordeirópolis /SP.

O proponente apresentou memorial do homenageado e croqui do local, mas não apresentou a respectiva Certidão do órgão competente informando que não há denominação até a presente data na rua indicada, bem como apresentou Certidão de Óbito

É o breve introito.

Passo a opinar.



## 2. ANÁLISE JURÍDICA

### 2.1. Exame de Admissibilidade

Adentrando na análise da proposição legislativa propriamente, observa-se que o projeto encontra-se em conformidade com a técnica legislativa, estando de acordo com a legislação aplicável.

Com efeito, por força do art. 59, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil 1988 – CRFB/88 cabe à Lei Complementar dispor sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. Obedecendo a essa determinação constitucional, o legislador aprovou a LC nº. 95/1998 que assim dispõe:

Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:

I - a unidade básica de articulação será o artigo, **indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;**

II - os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos; os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens;

III - os parágrafos serão representados pelo sinal gráfico "§", seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste, utilizando-se, quando existente apenas um, a expressão "parágrafo único" por extenso; (grifo nosso)

Desse modo, observa-se que a proposição legislativa em comento encontra-se de acordo com a supracitada Lei Complementar.

**Contudo, há que se apontar que o projeto se mostra incompleto, pois o autor não consignou sobre a dotação orçamentária para as despesas decorrentes com a aplicação da lei, caso o projeto seja aprovado por essa E. Casa de Leis, o que, a princípio, impediria da execução da lei.**



## **2.2. Da iniciativa legislativa e sua legalidade.**

Conforme disposto no artigo 11, inciso XIV da Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis, a matéria em questão é de competência comum, ou seja, tanto o Executivo quanto o Legislativo podem propor projetos de lei para denominarem ruas, bairros, próprios, entre outros.

Assim, o autor é parte legítima para propor a matéria.

Contudo, deverá o proponente jungir ao autos, Certidão de Óbito do homenageado, bem como a Certidão do Poder Executivo, de que o local não possui denominação.

Tratando-se de pessoa já falecida, entendo que o projeto não esbarra no princípio da impessoalidade e da moralidade, estando apto o seu encaminhamento ao plenário, eis que órgão soberano para deliberações.

## **3. CONCLUSÃO**

Nesse sentido, observado os apontamentos supra, opino pela LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE do projeto de lei nº 31/2019, devendo, outrossim, ser encaminhado na forma regimental às comissões permanentes, e, se o caso, ser enviado à Plenário, para discussão e votação, eis que é o órgão soberano dessa E. Casa de Leis.

Cordeirópolis/SP, 20 de Maio de 2019.

  
**ROBERTO BENETTI FILHO**  
**Diretor Jurídico**